



## Texto sobre redução da conta de luz será incluído em outra MP



Deputados Eduardo Cunha e Arlindo Chinaglia e senadores José Pimentel, Eduardo Braga e Gim anunciam decisão sobre MP

Líderes governistas anunciaram solução encontrada para medida que chegou ao Senado fora do prazo de sete dias para análise pela Casa e perderá validade

Os líderes da base de apoio ao governo anunciaram uma solução para a MP 605/2013, que reduz o valor da conta de energia e perderá a validade na segunda-feira. O teor da medida provisória será inserido em outra, a MP 609/2013, que tramita na Câmara e que chegará ao Senado até julho, prazo considerado suficiente para

que seja votada. A MP 609 trata de isenção tributária e concessão de subsídios referentes a produtos da cesta básica. Por isso, os parlamentares entendem que ela não entra em conflito com a MP sobre redução da conta de luz. Para o líder do governo no Congresso, José Pimentel, pela importância das MPs, a oposição não deve se insurgir contra a ideia. **3**

### Para procurador, PEC que limita Ministério Público lesa a cidadania

Durante sabatina em que foi aprovado para o Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador Vladimir Barros Aras classificou como "grave equívoco" a PEC 37, que restringe o poder de investigação do MP. **5**



Procurador Vladimir Aras (E) é sabatinado em sessão presidida por Vital do Rêgo e acompanhada por Anibal Diniz

### Avança projeto que penaliza maus gestores de saúde 6

Criança com mais de 5 anos tem menos chance de ser adotada 7

### Manutenção de incentivo fiscal para Região Norte é aprovada 4

Mapa da Indústria 2013-2022 será lançado em 18 de junho no Senado 2

### Nova lei vai ampliar emprego doméstico formal, diz Romero Jucá

Senador apresentou o relatório sobre a regulamentação da Emenda Constitucional das Domésticas, que será votado em 6 de junho na comissão de consolidação de leis e dispositivos constitucionais. **8**



Jucá (C) recebe Paulo Paim e membros do movimento pela igualdade racial: plenos direitos ao trabalhador doméstico

### Conselho de Transparência e Controle Social

### Política de transparência no rumo certo

O conselho é o órgão de consulta do Senado que debate e propõe ações para difundir o acesso à informação pública, estimulando a cultura de transparência e controle social no Brasil. Saiba mais em: [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.



# Mapa aponta estratégias para a indústria até 2022

Confederação Nacional da Indústria lançará em 18 de junho, na Comissão de Assuntos Econômicos, documento para próxima década elaborado com a contribuição de mais de 500 empresários do país

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL da Indústria (CNI) lança no dia 18 de junho, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*. A data foi combinada com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com o presidente da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Robson Andrade, presidente da CNI, explicou que o documento sugere os caminhos que a indústria e o Brasil devem percorrer na próxima década para aumentar os níveis de produtividade e eficiência e assim alcançar um elevado grau de competitividade.

— A CNI tem uma série de



José Carlos Lyra (E), Robson Andrade, Renan Calheiros e Flexa Ribeiro

propostas que pensam o Brasil industrial até 2022 — assinalou.

A nova edição do mapa revisa e atualiza os objetivos, metas e programas do *Mapa*

*Estratégico 2007-2015*, que a CNI apresentou em abril de 2005. O documento é resultado da contribuição de mais de 500 empresários brasileiros.

## Armando alerta para processo precoce de desindustrialização

Armando Monteiro (PTB-PE) expressou preocupação com a perda de competitividade do setor industrial brasileiro nas últimas décadas.

Ele assinalou o fato de que a indústria manufatureira nacional vem perdendo posição relativa na formação do produto econômico do país desde os anos 80, quando era responsável pela geração de mais de 30% do produto interno bruto (PIB), até atingir apenas 15% atualmente.

A queda da participação da indústria no PIB brasileiro, disse Armando, não deve ser atribuída apenas ao crescimento do setor terciário, como ocorre em países desenvolvidos, mas revela um claro processo de desindustrialização.

— É um processo precoce de desindustrialização, porque nós somos ainda um país de renda média e, por isso, não deveríamos ter uma posição já tão clara e tão pronunciada de perda de posição relativa da indústria.

Na opinião dele, o Brasil, para que tenha condições de competir com os principais países asiáticos na área da exportação de manufaturados, deverá primeiro reduzir os custos de produção, desenvolver capacidade de inovação tecnológica e superar gargalos estruturais.

## Kátia Abreu aponta papel do agronegócio na alta do PIB

O crescimento de 1,9% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2012, segundo Kátia Abreu (PSD-TO), foi puxado pelo setor agropecuário, que teve um aumento de 17% no primeiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano passado.

— O agro, mais uma vez, mostra ao Brasil que cumpre com sua obrigação, investindo em tecnologia e em mão de obra qualificada — disse.

A senadora destacou a produção recorde de 2013 como responsável pelo crescimento. Segundo ela, a colheita de soja saltou de 66 milhões para 81 milhões de toneladas de grãos este ano e o milho de verão subiu de 3 milhões para 34 milhões de toneladas. Para o segundo e terceiro trimestres deste ano, a previsão é de crescimento da colheita de cana-de-açúcar, de milho, feijão e trigo. Ela ressaltou que o lançamento do Plano Safra, em 4 de junho, dará mais ânimo à agropecuária. A senadora registrou ainda o crescimento do Tocantins, citando dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que revelam um aumento de 15,8% da safra do estado em relação a 2012.

## Presidente do TST pede apoio de Renan em temas trabalhistas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

O ministro pediu apoio para a modernização da legislação trabalhista e dos tribunais.

O presidente do TST também falou sobre a tramitação, no Senado, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 21/2012, que prevê a prorrogação da idade de aposentadoria dos presidentes de tribunais para o dia em que findar o mandato deles na presidência.

Carlos Alberto de Paula pediu a atenção de Renan para o Projeto de Lei 2.214/2011, que tramita na Câmara e trata do processamento de recurso na Justiça do Trabalho.

Valdir Raupp (PMDB-RO), Romero Jucá (PMDB-RR) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) também participaram da reunião.



O ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TST, em visita ao Senado

## A transparência nos Legislativos do Brasil e da Austrália

As ações de transparência do Legislativo foram o principal tema do encontro entre o presidente da Casa, Renan Calheiros, e o presidente do Senado da Austrália, John Hogg, e comitiva de parlamentares daquele país.

Durante encontro, que contou também com Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Ana Amélia (PP-RS), os parlamentares trocaram informações sobre o funcionamento do Senado em ambos os países, as relações bilaterais e as formas utilizadas pelas duas Casas para conferir transparência às atividades. Os brasileiros sublinharam a atuação dos veículos de comunicação e citaram o Portal da Transparência, lançado recentemente.

Já os australianos explicaram o funcionamento de um mecanismo de controle externo, com a participação da população.



Hogg trocou informações sobre funcionamento do Legislativo

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 18h de antontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.



Armando se diz preocupado com indústria nacional



Senadora registra crescimento da safra do Tocantins

## Adiada votação de regra anticrise para banco

O relatório do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) sobre a Medida Provisória 608/2013, que implementa as regras de Basileia 3 no Sistema Financeiro Nacional, deverá ser lido apenas na terça-feira. É a segunda vez que a votação da MP na comissão mista criada para analisá-la é adiada.

O relator justificou a ausência por causa de uma reunião da executiva nacional do PSDB. A notícia do adiamento foi dada pelo senador José Pimentel (PT-CE), que criticou a demora em votar a medida:

— O prazo está ficando curto. A vigência da MP se encerra em 28 de junho.

A proposta melhora a capacidade de instituições financeiras evitarem crises como a de 2008-2009, nascida de problemas no mercado de crédito imobiliário americano. As regras garantem que os bancos tenham recursos próprios suficientes para enfrentar situações críticas. (Da Agência Câmara)

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão para pronunciamentos

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. É destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

### PRESIDÊNCIA Vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden

12h30 O senador Renan Calheiros participa de almoço oferecido pelo vice-presidente Michel Temer em homenagem ao vice-presidente Joe Biden, dos Estados Unidos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Preocupados com a perda de vigência de MP, líderes afirmaram que solução é que o teor dela passe a fazer parte de proposta válida até julho

# Redução da tarifa de energia será incluída em outra medida provisória

OS LÍDERES DA base de apoio ao governo anunciaram uma solução para a Medida Provisória 605/2013, que perderá a validade na segunda-feira. O texto, que reduz o valor da conta de energia de consumidores e empresas, não foi lido em Plenário na última terça, em razão de ter chegado da Câmara sem tempo para análise pelo Senado. Os senadores definiram que MPs que cheguem à Casa com menos de sete dias de prazo não serão apreciadas.

Preocupados com a perda de vigência, os líderes anunciaram que o teor da medida provisória será inserido em outra, a MP 609/2013, que tramita na Câmara e que chegará ao Senado até julho, prazo considerado suficiente para que seja votada.

Os líderes governistas na Câmara e no Senado, com o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), informaram que a MP 609 trata de isenção tributária

e concessão de subsídios referentes a produtos da cesta básica. Essa é a razão pela qual os parlamentares entendem que a MP não entra em conflito com a medida provisória referente à redução da conta de luz. Pimentel anunciou a intenção do governo ao lado dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Arlindo

Chinaglia (PT-SP) e dos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Gim (PTB-DF).

Ao explicar a solução encontrada pela base, Pimentel afirmou que a MP 605/2013 é "muito importante para o Brasil", razão pela qual ele disse não acreditar que lideranças da oposição venham a se insurgir contra a ideia.

Pimentel disse ainda que, na terça-feira, pedirá ao deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), relator da MP 609/2013 na comissão mista presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES), que apresente o parecer sobre a matéria. A partir daí, disse, é só apressar a votação da matéria na Câmara e enviá-la para o Senado.



Senadores Pimentel, Braga e Gim anunciam decisão de inserir redução da conta de luz na MP que desonera a cesta básica

## Para Renan, respeitar prazo de MP foi ato a favor do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou na quarta-feira que vê como uma boa saída a intenção do governo de tratar da redução da tarifa de energia no texto da Medida Provisória (MP) 609/2013, que desonera produtos da cesta básica. A MP 605/2013, que viabilizaria a redução com a previsão de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), não foi lida no Senado na terça e, assim, deve perder a validade.

Renan Calheiros afirmou na sessão plenária da terça que também "não há possibilidade" de rever a decisão relacionada à leitura da Medida Provisória 601/2012, que amplia os setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamentos.

Renan confirmou que mantém o acordo com os líderes partidários segundo o qual

MPs que cheguem à Casa com menos de sete dias de prazo não serão recebidas.

— Não há como rever a decisão. Havia anteriormente um compromisso e nós não tínhamos como não cumpri-lo — argumentou.

Ao final da discussão em Plenário, já na madrugada de quarta-feira, o presidente acatou recurso de senadores da base do governo solicitando o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ), da decisão dele de não votar a MP.

Segundo Renan, a construção legislativa e o processo democrático caminham mais facilmente no caminho do bom senso, da moderação e do entendimento. Ele disse que o importante é que não haja prejuízo para o país nem sacrifício ao interesse nacional. Renan explicou que a decisão de respeitar o prazo mínimo de sete dias até o vencimento para ler uma

MP não foi um ato contra o governo nem contra a Câmara dos Deputados, mas a favor do Senado.

Renan voltou a destacar a importância da proposta de emenda à Constituição que muda o rito das MPs (PEC 11/2011), já aprovada no Senado e agora em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ao ser questionado se a dificuldade de votação de medidas provisórias seria uma forma de o PMDB tentar "complicar a vida" da presidente da República, Dilma Rousseff, Renan negou.

— Muito pelo contrário. A presidente tem tido todo o apoio do Congresso. Continuará tendo. Fiz questão de indicar o caminho da solução. As pessoas que estão próximas da presidente precisam ter um pouco a dimensão do funcionamento das instituições — observou.



Redução da tarifa de energia é prevista em texto que perde validade na segunda

## Ana Amélia diz que decisão resgata a dignidade da Casa

Ana Amélia (PP-RS) saudou a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de não fazer a leitura da Medida Provisória (MP) 605/2013. Ela disse que ficou feliz com a atitude de Renan, que, para a senadora, resgatou a dignidade da Casa ao cumprir com a promessa de não votar medidas provisórias que chegassem da Câmara

com menos de sete dias para apreciação pelo Senado.

A parlamentar afirmou ainda que a presidente Dilma Rousseff acertou ao propor a redução da tarifa de energia elétrica, mas observou que o tema deveria constar de projeto de lei, o que daria agilidade e rapidez para o exame pelo Congresso.

— Não se trata de confronto com outro Poder, temos respeito pela presidente Dilma. O que não pode é essa Casa ficar de cabeça baixa para todas as vontades do Executivo — afirmou.

Em aparte, o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que Renan "soube zelar pelo prestígio do Legislativo".



Para a senadora, Renan acertou ao deixar de ler MP na terça-feira



João Capiberibe afirma que poder público precisa divulgar gastos

## Capiberibe cobra respeito à Lei da Transparência

João Capiberibe (PSB-AP) cobrou o cumprimento rigoroso da Lei da Transparência, que tornou obrigatória a divulgação pela internet das receitas e despesas de União, estados e municípios.

O prazo para adaptação de municípios com até 50 mil habitantes se encerrou na segunda-feira. Os demais entes já eram obrigados a cumprir a determinação.

Capiberibe salientou que o Estado brasileiro "não fabrica dinheiro" e que é preciso acompanhar o destino da arrecadação tributária. Mas, na avaliação dele, há obstáculos à prestação de contas.

— No Brasil, há uma dificuldade: a lei é aplicada para os pobres. O andar de cima não costuma cumprir a lei. Os entes públicos também não.

## Congresso adia leitura de vetos presidenciais

Foi adiada a sessão do Congresso em que seriam lidos vetos presidenciais. A sessão estava marcada para as 20h de terça-feira, mas o Senado ainda não havia concluído a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 132/2012, que garante mais autonomia a delegados de polícia. Não foi marcada nova data para a sessão.

Segundo anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros, o Congresso também declararia a judicialidade de vetos antigos. Estima-se que mais da metade dos 3 mil vetos acumulados esteja nessa situação.

A questão dos vetos não votados pelo Congresso ganhou destaque, no ano passado, com a polêmica envolvendo a nova partilha dos royalties do petróleo estabelecida pela Lei 12.734/2012. A presidente Dilma Rousseff vetou a aplicação dos novos critérios aos contratos já firmados, mas, em março deste ano, o Congresso derrubou o veto. O Supremo Tribunal Federal ainda decidirá o mérito de ação que pede a suspensão dos efeitos da lei.

Texto, que agora vai para o Plenário, prevê que benefícios fiscais às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental terão a mesma duração da Zona Franca de Manaus

# Avança PEC que prorroga incentivo comercial

UMA PROPOSTA DE emenda constitucional aprovada anteontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vincula a duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio (ALCs) e à Amazônia Ocidental ao tempo de vigência da Zona Franca de Manaus.

O texto, de José Sarney (PMDB-AP), agora irá para o Plenário, para discussão e votação em dois turnos.

Sem a definitiva aprovação da PEC 7/2013, alerta Sarney, haverá o encerramento prematuro dos benefícios fiscais necessários para o desenvolvimento da Região Norte.

Conforme explicou o relator na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), originalmente os mecanismos de estímulo às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental estariam em vigor enquanto durassem os benefícios destinados à Zona Franca de Manaus, cujo prazo inicial terminaria em 1º de janeiro de 2014, conforme a Emenda Constitucional 40. Ocorre que, em 2003, a



Valdir Raupp, o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

Emenda Constitucional 42 prorrogou os incentivos para a Zona Franca de Manaus até 2023. Mas dispositivos da Lei 9.532/1997 mantiveram, em relação às áreas de livre comércio, o prazo de extinção em 1º de janeiro de 2014.

— Essa proposta é de grande importância. Sua aprovação irá clarear, de uma vez por todas, a questão da vigência dos benefícios fiscais às ALCs e à Amazônia Legal, conferindo

mais racionalidade e segurança à sua permanência, por meio da inclusão da matéria no texto constitucional — disse Raupp.

No debate, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) reforçou os argumentos apresentados por Sarney e pelo relator.

## Isonomia

Sarney argumenta que os benefícios fiscais em questão têm, em conjunto, o



Para o autor, José Sarney, proposta garante benefícios para Região Norte

propósito de desenvolver a Região Norte e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos segundo a política constitucionalmente prevista de integração latino-americana.

Por isso, Sarney entende que todos os benefícios devem ter a mesma duração daqueles oferecidos à Zona Franca de Manaus.

— Não é razoável que áreas da mesma região e com

objetivo de implementação similares tenham prazos distintos de duração. Para alcançar as metas a que elas se propõem, há necessidade de uniformizar a vigência de todas as áreas, de modo a compatibilizar seus prazos com a realidade regional — avalia Sarney.

## Economia

Nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental, os produtos são isentos de impostos federais, o que pode implicar uma economia de recursos para a população em torno de 25%. Esses valores poupados voltam a circular, incentivando os diversos setores econômicos, como explica Sarney, que obteve as assinaturas de mais 29 colegas em apoio à proposta.

Com o esgotamento dos prazos, podem ser afetados os incentivos em favor da ALC dos municípios de Macapá e Santana, no Amapá. Essa área de livre comércio de importação e exportação foi criada, sob regime fiscal especial, por meio da Lei 8.387/1991.



Pedro Simon/Agência Senado

## Luiz Henrique: escolha de Azevedo para OMC mostra força do Brasil

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que a escolha do diplomata brasileiro Roberto Azevedo para ocupar o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) comprova que o Brasil está assumindo um protagonismo cada vez mais forte na cena multilateral.

O senador lembrou que a OMC teve as regras de livre comércio fixadas em Montevideo, entre 1986 e 1994, e ressaltou que desde então houve uma mudança no cenário internacional, com a ampliação do número de protagonistas importantes nas relações multilaterais e a expansão do número de embaixadas.

— Países da Europa oriental, da Ásia, da África e da América Latina, que tinham espaço secundário na economia internacional, passaram a desempenhar papéis determinantes na cena mundial, sobretudo no comércio de minerais e alimentos — afirmou o senador.

Luiz Henrique disse ter esperança de que, em novembro, quando os países da Organização Mundial do Comércio reunirem-se novamente, as negociações do órgão tenham uma evolução no sentido de facilitar o comércio espontâneo entre as nações.



Sérgio Souza/Agência Senado

Simon cita grupo econômico formado por México, Chile, Colômbia e Peru

## Para Simon, Aliança do Pacífico ameaça poder de atração do Mercosul

Pedro Simon (PMDB-RS) se disse preocupado com a Aliança do Pacífico, grupo econômico formado por México, Chile, Colômbia e Peru. O senador sugeriu a realização de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE) com o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, e autoridades do setor para debater a nova aliança e as implicações dela no continente.

Para o Brasil, opinou, a aliança não parece promissora. A formação de um novo bloco geopolítico na América Latina pode causar, na opinião de Simon, enorme impacto na integração do continente, a começar pela redução do poder de negociação e atração do Mercosul, bloco liderado pelo Brasil e que vive em “permanente instabilidade”.

Além disso, acrescentou, a aliança representaria um contraponto à influência econômica do Brasil na região.

Sérgio Souza diz que estádios ainda precisam de pequenas correções

## Para Souza, Brasil fará uma “grande Copa das Confederações”

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou ter a convicção de que o Brasil terá condições de fazer uma grande Copa das Confederações, em junho, e uma grande Copa do Mundo, no próximo ano.

O senador, presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, visitou três dos estádios que sediarão jogos dos torneios — em Brasília, Salvador e Recife — e disse que, com pequenas correções, estarão todos prontos para receber com eficiência os torcedores.

Souza relatou que a primeira visita da subcomissão foi ao estádio Mané Garrincha, em Brasília. Para ele, o estádio, além de belo e grandioso, também apresenta excelente nível de acomodação do público. Ele lamentou as falhas ocorridas no jogo-teste, no domingo, como demora na abertura dos portões e quantidade insuficiente de detectores de metal.

## Raupp quer ampliação do comércio entre Brasil e Alemanha

Na avaliação do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o governo brasileiro deveria aproveitar o interesse dos alemães em investir no Brasil para diminuir o déficit da balança comercial, que chegou a US\$ 7 bilhões em 2012. O pronunciamento do senador, na quarta-feira, foi motivado pelo Ano da Alemanha no Brasil, que vai até maio de 2014.

Raupp citou dados do jornal *Valor Econômico* que assinalam a disposição de empresas alemãs de investir no Brasil 10 bilhões de euros — o que equivale a R\$ 27,1 bilhões — até 2016. O interesse dos alemães, segundo o senador, é acelerar a cooperação econômica, especialmente entre pequenas e médias empresas na área do desenvolvimento de tecnologias.

— Nossas autoridades precisam ser um pouco mais proativas e agressivas, aproveitando essa extraordinária disposição dos empresários e do governo alemão em momento tão importante nas relações bilaterais — afirmou Raupp.

O senador apontou também a necessidade de avançar na reforma tributária para melhorar a competitividade do Brasil. Muitos países europeus, disse ele, têm preocupações com a tributação.



Ruben Figueiró/Agência Senado

Senado afirma que gás boliviano poderia ser aproveitado no estado

## Ruben Figueiró pede separadora de gás em Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou do Ministério de Minas e Energia rapidez na resposta ao requerimento do Senado solicitando informações sobre investimentos da Petrobras em Mato Grosso do Sul, em particular nas atividades de exploração e transporte de gás natural.

O senador quer a construção de uma separadora de gás que permita o aproveitamento dos subprodutos integrantes da composição química do gás natural boliviano. Entre eles, citou 520 mil toneladas de gás propano e o gás butano, o gás de cozinha, que são queimados, sem nenhum aproveitamento. A quantidade, informou, seria suficiente para abastecer de gás de cozinha toda a Região Centro-Oeste.

— Não podemos deixar que tamanha riqueza atravesse Mato Grosso do Sul para ser queimada nas Regiões Sul e Sudeste — afirmou.

Durante sabatina, indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público defendeu código de ética para coibir abusos de promotores

# Procurador critica proposta que limita poder de investigação do MP

UM DIA APÓS o Senado aprovar projeto de lei da Câmara (PLC 132/2012) que garante maior autonomia aos delegados nos inquéritos policiais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voltou a debater a imposição de limites ao poder de investigação dos membros do Ministério Público (MP), objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC 37/2011) em tramitação na Câmara dos Deputados. O assunto dominou a sabatina do procurador da República Vladimir Barros Aras, que teve a indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovada pela comissão na quarta-feira. A matéria segue para análise do Plenário.

— A PEC 37 reduz a eficiência do Ministério Público e é extremamente prejudicial à cidadania e ao sistema de controle [das instituições] numa República. Seria como retirar da imprensa a liberdade de publicar suas opiniões. Não é por causa de abusos que se vai instituir a censura contra a imprensa. O MP não disputa o poder de investigar. Quer trabalhar pelo dever imposto pela Constituição de tutelar, por meio do processo penal, os direitos fundamentais da vítima — argumentou Aras, classificando a proposta de um “equivóco grave”.



Ao lado de Vital do Rêgo e Anibal Diniz, procurador Vladimir Aras (E) fala à CCI

Ao comentar o PLC 132/2012, o indicado disse não só ter dúvidas sobre a constitucionalidade, como também manifestou incerteza quanto à capacidade do projeto de resolver algum problema na área de segurança pública.

— Ele atende mais a interesse dos delegados de polícia — afirmou Aras, para quem o conflito entre a categoria e membros do MP estaria por trás da PEC 37/2011.

## Código de ética

O procurador defendeu, para coibir eventuais excessos, a condução pelo CNMP

da aprovação de um código nacional de ética para reforçar a punição a abusos praticados.

— Temos uma regra matriz de presunção de inocência e isso impede o Ministério Público de emitir qualquer juízo de valor definitivo sobre a conduta de alguém antes do trânsito em julgado [da ação judicial]. Não podemos prestar contas à imprensa antes de fazermos nosso trabalho junto ao Poder Judiciário — reconheceu, respondendo a questionamentos de vários senadores sobre a “condenação prévia” pela mídia de investigados pelo MP.

Vladimir Aras também foi

provocado a falar sobre outros temas polêmicos, como redução da maioria penal e ampliação das hipóteses de legalização do aborto. Apesar de constatar o apoio de grande parte da população à punição mais rigorosa para menores infratores, ele não acredita que a medida seja solução para reduzir a criminalidade. Seria mais eficaz, em sua opinião, alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer medidas socioeducativas mais rígidas.

O indicado para o CNMP se disse contrário a outras possibilidades de reconhecimento do aborto fora das já previstas em lei. Segundo observou, a Constituição tutela o direito à vida e só um grande debate poderá resolver o impasse em torno da questão.

Questionamentos e elogios a Vladimir Aras foram apresentados durante a sabatina pelos senadores Pedro Taques (PDT-MT), Magno Malta (PR-ES), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Valdir Raupp (PMDB-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Walter Pinheiro (PT-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Luiz Henrique (PMDB-SC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Vital do Rêgo (PMDB-PB), esse último presidente da CCI.

## Ex-presidentes poderão integrar Conselho da República

Uma mudança no texto da Constituição poderá garantir a inclusão de ex-presidentes entre os membros do Conselho da República. A medida é prevista em proposta de emenda constitucional (PEC 50/2011) de iniciativa do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O funcionamento e as competências do Conselho da República são definidos nos artigos 89 e 90 da Constituição. O organismo é comandado pelo presidente da República e por ele convocado a se pronunciar, entre outros assuntos, sobre intervenção federal em



Projeto de Luiz Henrique passa na CCJ e segue para votação em Plenário

estados e municípios, estado de defesa e estado de sítio. Trata-se de uma instância consultiva convocada diante de situações graves, que colocam

em risco a defesa do Estado e a integridade das instituições democráticas.

## Experiência

A PEC 50/2011 recebeu o apoio de mais de 20 senadores, que consideraram imprescindível contar com a contribuição dos antigos presidentes da República. A avaliação é de que a presença dos ex-presidentes qualificará a atuação do conselho e contribuirá especialmente para “a estabilidade, a manutenção ou o restabelecimento da normalidade constitucional diante de uma eventual situação de crise”.

São membros do Conselho da República o vice-presidente

da República, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal, o ministro da Justiça, os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados, os líderes da Maioria e da Minoria no Senado Federal.

Também devem ter assento seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, para mandato de três anos, vedada a recondução, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados.

Agora, a PEC 50/2011 seguirá para dois turnos de votação no Plenário do Senado.

## Juristas que analisam Lei de Execução Penal têm novo prazo

O Senado aprovou quarta-feira a prorrogação do prazo de trabalho da comissão de juristas criada para atualizar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984).

A comissão, instalada em

abril, funcionaria até 2 de junho. Com a prorrogação, por 120 dias, os juristas terão até o final de setembro para apresentar as propostas.

Entre os assuntos discutidos, estão a superlotação

do sistema prisional, a possibilidade de extinção do alvará de soltura, a duração da prisão preventiva, a criação de um rol de medidas alternativas e novas regras para as saídas temporárias.

Além de ter os trabalhos prorrogados, a comissão vai ganhar novos integrantes. O requerimento aprovado pelo Plenário prevê a ampliação do número de membros titulares de 11 para 16.

## Comissão sabatinará indicado ao Supremo na próxima semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará, na quarta-feira, a sabatina de Luís Roberto Barroso, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Anteontem, Vital do Rêgo (PMDB-PB) leu o relatório sobre a indicação, no qual afirma que o indicado reúne as condições necessárias para ocupar o cargo de ministro.

Na reunião, também foi lido relatório de Inácio Arruda (PCdoB-CE) sobre a indicação de Cláudio Mascarenhas Brandão para ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Horácio Raymundo de Senna Pires. A CCJ também realizará sabatina com o indicado.



Se aprovado pelo Senado, Barroso ocupará vaga de Ayres Britto

## Jorge Viana declara apoio a Barroso como ministro do STF

Jorge Viana (PT-AC) antecipou, no Plenário, o voto acerca da indicação do advogado Luís Roberto Barroso como próximo ministro do Supremo Tribunal Federal. Para ele, a presidente Dilma Rousseff “não poderia fazer escolha melhor”.

Viana comentou a visita feita por Barroso ao Senado na terça-feira dizendo que trata-se de “uma das mais brilhantes biografias entre os que militam na advocacia brasileira”.

— É um grande brasileiro, uma figura humana extraordinária. Barroso certamente irá ajudar no engrandecimento da mais alta corte de Justiça de nosso país — afirmou Viana.



Viana destaca “brilhante biografia de Barroso”, indicado ao STF

# Multa de até 50 mínimos por má gestão na saúde

Projeto aprovado pela CCJ cria a Lei de Responsabilidade Sanitária para penalizar o gestor público que deixar de estruturar o fundo de saúde, não apresentar relatórios de gestão ou impedir acesso a dados

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira a criação da Lei de Responsabilidade Sanitária, que prevê multa de até 50 salários mínimos como punição ao gestor público de saúde que cometer infração administrativa. A iniciativa, de Humberto Costa (PT-PE), recebeu parecer favorável de Jorge Viana (PT-AC).

Hoje, a única forma de enfrentar irregularidades no setor é suspender repasses do Ministério da Saúde a estados e municípios até que se comprove a efetiva prestação dos serviços. Humberto observou, entretanto, que a medida falha por não punir o mau gestor.

— Apenas prejudica a execução das políticas de saúde pública e cria transtornos ainda maiores para a população — ressaltou.



Humberto Costa (E), autor do projeto, conversa com Walter Pinheiro na CCJ

Pelo texto, a infração poderá resultar em advertência e multa entre 10 e 50 vezes o salário mínimo — de R\$ 6.780 a R\$ 33.900, nos valores de hoje. O valor será fixado em função da gravidade da infração e da extensão do dano causado à saúde da população. Em caso de reincidência, a multa inicial poderá ser ampliada de 10 a 20 vezes.

Estará sujeito à penalidade o

gestor que deixar de estruturar o fundo de saúde, que não apresentar planos de saúde e relatórios de gestão, que impedir o acesso a informações financeiras e administrativas, entre outros. Humberto Costa adiantou que vai aprofundar o debate na Comissão de Assuntos Sociais, onde a votação terá caráter terminativo (vai para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário).

## Humberto: ideia é garantir transparência

Ao comentar a aprovação do projeto, Humberto Costa explicou que a ideia é assegurar a transparência na execução e fiscalização das políticas públicas de saúde, estabelecer obrigações e definir responsabilidades para os gestores

públicos municipais, estaduais e federais. Informou que foram realizados vários debates e que a matéria recebeu “um parecer consistente e bem fundamentado” de Jorge Viana.

Para o senador, a lei vai melhorar a aplicação dos recursos

públicos de saúde. Humberto citou medidas tomadas pelo governo para melhorar a administração do Sistema Único de Saúde (SUS), como o uso obrigatório de contas específicas e meios rastreáveis por parte das prefeituras.

## TCU avalia contas de 2012 do governo

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, entregou na quarta-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório sobre as contas do governo prestadas pela presidente Dilma Rousseff, relativas

ao exercício financeiro de 2012.

Nardes esteve acompanhado do ministro-relator, José Jorge. O parecer sobre as contas foi aprovado pelo Plenário do tribunal com 22 ressalvas, relacionadas a aspectos de conformidade da receita pública,

da execução do Orçamento e das demonstrações contábeis.

O TCU apresentou 41 recomendações dirigidas à Casa Civil, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a alguns ministérios, entre outros órgãos e entidades. José Jorge afirmou que o documento também dá destaque aos programas temáticos voltados à integração entre o crescimento econômico e a inclusão socioeconômica de indivíduos, grupos sociais e regiões. Ele destacou o tema “Crescimento inclusivo”.



José Jorge (E), Augusto Nardes, Renan Calheiros, Flexa Ribeiro e Gim

## Cyro Miranda recebe Grupo Abril e Fundação Victor Civita

Representantes da Editora Abril e da Fundação Victor Civita foram recebidos anteontem pelo presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO).

Além de conhecer projetos e publicações educacionais das organizações, o senador foi convidado a participar da 16ª edição do Prêmio Educador Nota 10, no dia 14 de outubro, em São Paulo.

O prêmio visa valorizar experiências educativas bem-sucedidas de professores, orientadores, diretores e coordenadores de escolas de ensino regular.

A necessidade de valorização da carreira docente foi destacada pela diretora-executiva da Fundação Victor Civita, Angela Dannemann, que lembrou a importância

do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja reformulação (PLC 103/2012) está em tramitação no Senado.

Cyro Miranda ressaltou a qualidade das publicações do Grupo Abril direcionadas ao setor educacional e disse que elas servem de subsídios para o trabalho da comissão. Lamentou ainda a morte de Roberto Civita, filho do fundador do Grupo Abril, no dia 26.

— A perda é dolorosa, mas a empresa vai continuar, aproveitando os ensinamentos dele. Esse legado ninguém tira — observou.

Também participaram do encontro a diretora de Relações Governamentais do Grupo Abril, Angela Rehem, e o secretário da CE, Júlio Linhares.



Angela Dannemann, senador Cyro Miranda, Júlio Linhares e Angela Rehem

## Flexa quer a criação de universidade federal no Pará

A aprovação pelo Senado do projeto que cria a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), com sede em Marabá, foi comemorada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A Unifesspa, disse Flexa, vai atender milhões de jovens do interior do estado, atendendo uma demanda histórica da região.

O senador disse que a aprovação do PLC 30/2013 em regime de urgência foi “uma resposta rápida e ágil de um Senado comprometido com a melhoria das oportunidades de educação em nosso país”.

Flexa acrescentou que continuará empenhado na criação de mais universidades no Pará, uma no nordeste do estado e outra em Marajó.

## Paim destaca avanços da educação no Brasil

Em pronunciamento no Plenário na quarta-feira, Paulo Paim (PT-RS) fez uma análise dos principais avanços na educação no Brasil nos últimos dez anos. Para o parlamentar, a “construção coletiva” executada pelo governo e o Congresso vem permitindo a melhoria dos padrões nacionais e “pavimentando o caminho” para a obtenção de resultados cada vez melhores.

— Independentemente de linhas ideológicas ou colorações partidárias, tenho certeza de que somente conseguiremos atingir o nível de desenvolvimento com que tanto sonhamos se elegermos a educação como prioridade das prioridades — afirmou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Angela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

Site: [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) — E-mail: [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br) — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — [facebook.com/jornaldosenado](https://facebook.com/jornaldosenado)  
 Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Maioria dos pais em potencial quer adotar crianças de até 5 anos, que representam apenas 9% das que estão aptas; tema foi debatido anteontem em audiência no Senado



Rocha ressalta desencontro entre o perfil pedido por casais e a realidade

Causa do problema é política, diz antropólogo Benedito Rodrigues

Malta, que é pai adotivo, pede mudanças na Lei de Adoção

## Idade de criança é um dos principais entraves à adoção

UM DOS PRINCIPAIS problemas para a adoção no Brasil é a idade “avançada” dos candidatos. Estima-se que haja no país 5.500 crianças legalmente aptas à adoção e 29 mil adultos com a intenção de adotar, segundo dados oficiais. Mas a maioria dos pais em potencial (22 mil, ou seja, 75%) quer crianças com até 5 anos — que representam apenas 9% das que estão aptas à adoção.

Os dados foram citados por Ana Rita (PT-ES) em audiência sobre adoção promovida anteontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual ela é presidente. No início do encontro, foi apresentada

a 15ª edição da revista *Em Discussão!*, publicada pelo **Jornal do Senado**, que aborda a adoção.

A questão da idade também foi destacada pelo representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sérgio Eduardo Marques da Rocha. Ele declarou que “esse é o principal entrave para a adoção no Brasil, pois há um desencontro entre o perfil das crianças e adolescentes que estão aptos para a adoção e o perfil de idade que os casais buscam”.

Antropólogo especializado em políticas públicas para crianças e adolescentes, Benedito Rodrigues dos Santos

afirmou que o problema da falta de adoção “não é da lei, mas de política”, referindo-se à forma de atuação do governo. Ele participou da elaboração da Lei 12.010/2009, também conhecida como Lei de Adoção.

A legislação foi criticada pelo senador Magno Malta (PR-ES), que é pai adotivo. Ao defender alterações no texto, ele argumentou que as regras atuais são “capengas, precárias e difíceis demais”, complicando o processo.

Ao responder a Magno Malta, Benedito Rodrigues afirmou que a Lei 12.010/2009 precisa, de fato, ser aprimorada, “mas não foi ela que inventou as dificuldades de adoção no Brasil”.

## Revista *Em Discussão!* aborda o tema em seu 15º número

Estão registradas em cadastro para adoção menos de 6 mil crianças, enquanto existem mais de 40 mil delas em abrigos e quase 30 mil interessados em adotar um filho. Os números foram apresentados na quarta-feira pelo editor-chefe da revista *Em Discussão!*, João Carlos Teixeira, no lançamento do 15º número da publicação, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A revista aborda o tema “Adoção, mudar um destino”, contendo as discussões já feitas no Senado relacionadas à legislação para facilitar a adoção de crianças que vivem em abrigos. Após o lançamento da revista, a CDH deu continuidade ao debate sobre o assunto, com uma audiência pública para discutir os entraves legais para a adoção no Brasil. *Em Discussão!*, disse João Carlos, busca dar relevância aos debates que acontecem no Senado, nos quais são ouvidos especialistas nos mais diversos temas. As audiências, observou, fornecem subsídios para que os senadores decidam sobre matérias de interesse da sociedade.

As matérias da revista, destacou a presidente da CDH, Ana Rita, apontam o caminho e os procedimentos a serem adotados pelas pessoas e consolidam o conteúdo acumulado em outros debates.

O diretor do **Jornal do Senado**, Flávio Faria, explicou que a revista foi criada para oferecer à sociedade informações provenientes das discussões travadas no Senado sobre temas relevantes, que nem sempre são divulgados na mídia privada. Ao contrário dos debates ocorridos em Plenário, que tendem a receber mais atenção, observou o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, “as ideias apresentadas em audiências públicas costumam ficar um tanto desaparecidas e escondidas nas gavetas”. De acordo com ele, as audiências públicas, onde ocorrem as discussões técnicas que dão subsídio às propostas legislativas, estão entre os mais importantes trabalhos do Parlamento.

Elogiaram a *Em Discussão!* os senadores Paulo Paim (PT-RS), Anibal Diniz (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Gay tem dificuldade para adotar, diz Wyllys

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que participou da audiência, defendeu a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Ele afirmou que os homossexuais enfrentam dificuldades, “mas não por uma questão legal, e sim cultural”.

Um dos problemas, explicou, é que muitas pessoas,

“inclusive parlamentares”, associam a homossexualidade à pedofilia, embora várias pesquisas mostrem que os pedófilos são, na maioria das vezes, homens heterossexuais. — Apesar desses dados, o que



prevalece no senso comum é a associação entre homossexualismo e pedofilia. E, para muitos, é difícil ignorar o senso comum quando se tem uma eleição pela frente — criticou.

O deputado disse que outra ideia equivocada é que a orientação sexual dos pais irá influenciar a orientação sexual dos filhos.



Davi Emerich, Flávio Faria, Ana Rita e João Carlos Teixeira na CDH

## “Publicação propõe ampla reflexão” “É um tema da maior relevância”

Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a última edição da revista *Em Discussão!*, que tem como tema a adoção.

Casildo parabenizou a equipe da Secretaria de Comunicação Social (Secs) do Senado pelo tema escolhido, que considerou “da maior relevância”, ao detalhar avanços, dificuldades

e entraves legais que impedem a ampliação do número de adoções.

O senador manifestou o desejo de ver o material publicado alcançar o maior número de pessoas no país, “propondo uma ampla reflexão acerca dos propósitos e benefícios da adoção”, além de servir de subsídio para o Parlamento.

— Adotar é transformar o futuro e construir cidadania, da forma mais humana, carinhosa e eficaz.

Durante a sessão plenária de anteontem, Ana Amélia (PP-RS) registrou o lançamento da 15ª edição da revista *Em Discussão!*. A senadora elogiou o tema da revista — a adoção de crianças.

— Queria cumprimentar a Secretaria de Comunicação e os editores da revista *Em Discussão!* pela abordagem desse tema da maior relevância — disse.

Ela leu o texto da capa da revista: — Adoção, mudar um destino.

O Senado busca melhorias na legislação para superar o desafio de dar uma nova família a milhares de crianças que vivem em abrigos.

Ela citou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de proposta de autoria dela (PLS 390/2011) que dá prioridade à tramitação de procedimentos judiciais relacionados à guarda ou adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.



Para Suplicy, programa é essencial e não deve ser prejudicado por boatos

## Credibilidade do Bolsa Família não pode ser afetada, afirma Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para a importância de manter a credibilidade do Bolsa Família, após os recentes boatos de extinção do programa que levaram milhares de pessoas aos bancos para sacar o benefício.

Ele ressaltou que o Bolsa Família é essencial para milhões de famílias brasileiras:

— Trata-se de um programa que foi objeto de construção suprapartidária no Congresso. É reconhecido no mundo todo como um dos melhores

instrumentos para superação da extrema pobreza e combate à fome. Os boatos e as disputas políticas não podem interferir na execução da iniciativa, que é tão bem avaliada — afirmou.

Segundo o senador, em março havia no Brasil 18,49 milhões

de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 140, mas pouco mais de 13,7 milhões, cerca de 75%, estavam recebendo.

— Considerando que essas famílias têm, em média, 3,5 pessoas, o benefício chega a um quarto da população brasileira.

Relator propõe fundo de reserva para quitação da multa de 40% do FGTS em caso de demissão; redução na alíquota do INSS será compensada pelos novos ingressos na Previdência

# Jucá: nova lei das domésticas vai aumentar empregos formais

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) apresentou na quarta-feira o relatório sobre a regulamentação da emenda constitucional das domésticas (EC 72), afirmando a convicção de que a nova lei vai propiciar o aumento dos empregos formais na categoria. Discutido em reunião da comissão mista encarregada de consolidar as leis federais e dispositivos da Constituição, o texto deve ser votado em 6 de junho.

Na proposta de Jucá, além dos 8% recolhidos pelo empregador para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), haverá a cobrança de mais 3,2% para um fundo, em conta separada, destinado a cobrir a multa de 40% sobre o FGTS no caso de demissão do empregado sem justa causa. No entanto, para equilibrar essa despesa a mais, a cobrança de 12% para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paga pelo empregador vai ser reduzida para 8%.

O governo reclamou da diminuição da alíquota do INSS, mas Jucá explicou que a proposta vai possibilitar a

regularização e a formalização do emprego doméstico e do FGTS. Atualmente, dos 7 milhões de empregados domésticos, apenas 1,5 milhão é regularizado. Jucá explicou que se metade dos domésticos se regularizar, haverá um acréscimo de 2 milhões de trabalhadores ingressando na Previdência e de 3,9 milhões de trabalhadores no FGTS.

— Isso representará um acréscimo anual de R\$ 2,9 bilhões de recursos ingressos no INSS — calculou Romero Jucá, tomando por base um salário médio do trabalhador doméstico de R\$ 700.

Além disso, o senador explicou que está tirando também o abatimento anual de R\$ 896 no Imposto de Renda referente a um trabalhador doméstico dado ao empregador que faz a declaração pelo sistema completo. A retirada do abatimento, que, na prática, era feito apenas por pessoas de alta renda, vai proporcionar ao governo uma economia de R\$ 400 milhões.

— É uma equação de equilíbrio que atende ao país e que atende ao trabalhador. Nós não estamos onerando a classe trabalhadora em nada e nós estamos criando uma

situação efetivamente proativa no sentido de melhorar a formalização e, com essa legislação, vai-se fazer justiça a muita gente — disse Jucá.

O senador esclareceu ainda que a multa de 40% sobre o FGTS será paga pelo empregador no caso de demissão sem justa causa. Mas, no caso de demissão por justa causa ou a pedido do empregado, o valor arrecadado para o pagamento da multa será devolvido integralmente ao empregador. Haverá ainda a hipótese de demissão por culpa recíproca, na qual cada um receberá a metade do fundo.



Segundo o senador Romero Jucá, que apresentou relatório na quarta-feira, INSS arrecadará mais R\$ 2,9 bi anualmente

## Simple Doméstico terá guia única de arrecadação

Além da questão do FGTS e do INSS, Jucá colocou outros pontos do relatório em discussão. Segundo ele, o governo terá 120 dias para implementar o Simple Doméstico após a aprovação da lei. O senador disse que o Ministério da Fazenda já está com o trabalho da guia simplificada bem adiantado.

Jucá explicou que o Simple Doméstico será uma guia única, disponibilizada na internet, em que os empregadores vão se cadastrar uma única vez, pelo CPF. Pela guia, serão pagos o INSS do empregador e do empregado, o FGTS, o fundo para a multa de demissão sem justa causa, o seguro contra acidente de trabalho e, quando houver, o desconto de Imposto de Renda.

A Caixa Econômica Federal será responsável pela arrecadação, que será feita sempre no dia 7 do mês. Jucá alertou para o problema de locais onde não há acesso à internet e disse que está analisando se o correspondente bancário terá condições de emitir a guia.

## Contratação de menor de 16 a 18 anos é questionada

Jucá manteve, no primeiro artigo da proposta, a vedação de contratar menor de 18 anos para o serviço. No entanto, foi advertido que a determinação pode ferir a Constituição, que permite o trabalho para menores de 16 a 18 anos em situações determinadas.

O senador deu uma alternativa de que seja permitido o trabalho doméstico para adolescentes de 16 a 18 anos, desde que não prejudique o desenvolvimento físico e psíquico dos jovens e não atrapalhe a frequência à escola. Além disso, o trabalho noturno seria vedado para a idade. Segundo Jucá, as duas formas podem ser inconstitucionais.

— Por um lado, existe a questão da possibilidade do trabalho de 16 a 18 anos nessas condições previsto na Constituição e de outro lado, existe um acordo internacional, de que o Brasil foi signatário, que proíbe o trabalho antes de 18 anos e coloca o trabalho doméstico como uma das piores formas de trabalho infantil — explicou.

## Relatório prevê trabalho em viagens e substituição

Outro acréscimo no relatório de Jucá foi a possibilidade de o empregado doméstico trabalhar em regime de tempo parcial. A duração do trabalho parcial não deve exceder a 25 horas semanais e o empregado terá salário e férias calculados proporcionalmente.

O relator apresentou ainda a possibilidade de contratação provisória de empregado doméstico, que serviria para substituição temporária de outro trabalhador doméstico com contrato interrompido ou suspenso.

Para solucionar as dúvidas relativas ao empregador que viaja e leva o empregado, a proposta prevê que o tempo de trabalho a ser considerado seja apenas o relativo às horas efetivamente trabalhadas.

No texto do relatório, a hora noturna que estava como 60 minutos, foi alterada para 52 minutos e 30 segundos, como está na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, entre duas jornadas de trabalho, Jucá estabeleceu um período mínimo de 11 horas consecutivas de descanso.

## Férias de empregados seguirão lógica da CLT

O texto de Jucá previa a possibilidade de dividir as férias dos empregados domésticos em até três períodos, sendo que um deles deveria ser de, no mínimo, 14 dias. No entanto, o senador disse que foi questionado pelo Ministério Público do Trabalho, já que a CLT diz que pode ser apenas dois períodos. A tendência é que se estabeleça como na CLT.

Além disso, o empregado terá o direito de converter um terço do período das férias em abono pecuniário, o que é conhecido como “vender dias de férias”.

O relatório possibilitou ainda que, em comum acordo entre empregador e empregado, sejam descontados até 20% do salário do trabalhador doméstico para incluí-lo em planos de saúde.

Entre as alterações feitas por Jucá, está a reconstrução do empregado doméstico pelo mesmo empregador. Alertado pelo Ministério do Trabalho de que fixar prazo seria inconstitucional, o senador resolveu apenas incluir o cancelamento do seguro-desemprego no caso comprovado de falsidade.

## Movimento negro pede a relator que garanta todos os direitos

Jucá assegurou a representantes do movimento pela igualdade racial que os domésticos serão beneficiados com todos os direitos trabalhistas que a legislação garante aos trabalhadores. O senador recebeu representantes do movimento no gabinete dele antes da reunião da comissão encarregada de propor um projeto para a regulamentação do trabalho doméstico, na qual ele atua como relator.

Os integrantes da comitiva

fazem parte do Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Social e estavam acompanhados de Paulo Paim (PT-RS).

O grupo recebeu do relator a sinalização de que ainda está aberto a receber sugestões para aprimorar o texto. Também considerou normal a pressão em torno do assunto:

— Toda pressão é legítima e dessa pressão coletiva chegaremos ao consenso.

Jucá afirmou que concebu

alternativas para permitir a proteção e a formalização do trabalho doméstico, mas sem que isso represente um custo excessivo para os empregadores — o que poderia gerar desemprego. Ele sugere a redução do custo da contribuição do empregador para o INSS — de 8%, e não a habitual alíquota de 12%.

O parlamentar assinalou que, mesmo arrecadando menos com cada empregado para o INSS, o governo deverá

levantar mais receitas por causa do aumento da formalização do emprego doméstico. Sem o incentivo para a formalização, acrescentou, o empregado doméstico tende a chegar ao fim da vida dependendo de algum tipo de bolsa ou benefício social.

Entre os participantes do encontro, estava Maria Conceição Lopes Fontoura, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Filha de uma ex-empregada doméstica,

ela lastimou que a atividade tenha se mantido até hoje sem regulamentação:

— Enquanto houver um trabalhador doméstico sem o reconhecimento de seus direitos, ainda não estaremos na sociedade democrática que a gente quer viver.

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dos 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, 93,6% são mulheres — das quais 61% são negras.